



MINISTÉRIO DO ESPORTE
COMITÊ DE GOVERNANÇA INTERNA
CÂMARA TÉCNICA DE INTEGRIDADE

ATA DA SÉTIMA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA TÉCNICA DE INTEGRIDADE DO COMITÊ DE GOVERNANÇA INTERNA - CTI/CGI/MESP

Aos dezoito dias do mês de dezembro do ano de dois mil e vinte e quatro, às quinze horas, na sede do Ministério do Esporte na Esplanada dos Ministérios, Bloco A, 7º andar, Sala 720, Zona Cívico-Administrativa, Brasília/DF, CEP: 70054-906, foi realizada a 7ª Reunião Ordinária da Câmara Técnica de Integridade, presidida pelo Coordenador da Câmara Técnica de Integridade, Sr. **Wesley Alexandre Tavares**, Chefe da Assessoria Especial de Controle Interno (AECI); e com o comparecimento da Sra. **Aline Rabêlo da Silva Neves**, membro e Presidente da Comissão de Ética Setorial (CE); do Sr. **Anthony Ruy Cunha Moreira**, membro e representante da Autoridade Brasileira de Controle de Dopagem (ABCD); do Sr. **Aureliano Vogado Rodrigues Junior**, membro e Ouvidor (OUV); do Sr. **Felipe Mateus Sampaio da Silva**, membro e Corregedor (COR); e do Sr. **Daniel de Oliveira Piza**, membro e Chefe da Assessoria de Participação Social e Diversidade (APSD). Registrada a presença da Sra. **Thiele Araújo Rabelo Silva**, Diretora de Projetos da Secretaria-Executiva (SE); e da Sra. **Emiko Aparecida de Castro Matsuoka**, Assessora Técnica da AECI. Verificado o quórum, consoante o art. 8º, § 7º, da Portaria MESP nº 50, de 7 de agosto de 2023, a reunião iniciou com a seguinte pauta:

- 1) Informes sobre a alteração na composição da CTI;
- 2) Balanço do monitoramento do Plano de Integridade;
- 3) Discussão referente ao Plano de Trabalho Setorial do MESP a ser elaborado para o Plano Federal de Prevenção e Enfrentamento do Assédio e da Discriminação na Administração Pública Federal - PFPEAD;
- 4) Relato sobre a reunião ocorrida entre a AECI e a Diretoria de Projetos Paradesportivos da Secretaria Nacional de Paradesporto - SNPAR a respeito da ação de comunicação (*cards*) do Plano de Integridade.

O Sr. **Wesley Alexandre Tavares** abriu os trabalhos, informando sobre a importância da última reunião da CTI. Após informar a pauta a ser discutida, apresentou a Sra. **Thiele Araújo Rabelo Silva**, nova representante da Secretaria-Executiva, em substituição à Sra. **Tarciana Barreto Sá**; deu-lhe as boas-vindas e ressaltou a importância da participação dessa Unidade, tendo em vista que a maioria das ações e decisões perpassam pela Alta Administração, Gabinete do Ministro (GM) e a SE. Na sequência, apresentou-a aos membros que compõem a CTI e explicou-lhe que, por força do Sistema de Integridade e Transparência e Acesso à Informação (Sitai), a competência de coordenar a Unidade Setorial de Integridade (USI) dentro da Administração Direta, está a cargo dos Chefes de Assessoria Especial de Controle Interno; que uma das pautas mais importantes a ser abordada, está relacionada à apresentação do 1º Ciclo de Monitoramento do Plano de Integridade para o Comitê de Governança Interna, com a presença dos Secretários Nacionais, Secretário-Executivo e Ministro do Esporte; que a previsão de monitoramento é parte integrante das ações do próprio Plano, com três momentos, sendo o primeiro ciclo de julho de 2024 a janeiro de 2025, o qual será apresentado; que o foco recaiu sobre as ações de curto prazo, tendo em vista que o Plano tem 138 ações que estão divididas em sete Eixos Temáticos os quais têm ações de curto, médio e longo prazo, correspondendo ao biênio 2023-2025; que esteve presente no lançamento do Plano de Integridade do Ministério da Pesca, o qual se chama Rede Mais Integridade, que tem 61 ações, comparando-o com o Plano do MESP abarca 138 ações; que o Plano de Integridade da pasta ministerial foi amplamente discutido e construído com a contribuição da CTI e com a participação de outras unidades, as quais propuseram algumas medidas que entraram no Plano; que, ao realizar um paralelo com o Plano do Ministério da Pesca quanto à singularidade do número de eixos e com a identificação dos seus nomes, explicou que o Plano de Integridade do MESP foi dividido em eixos

para facilitar que os atores internos possam se identificar com eles, tendo em vista que alguns dos eixos são multidirecionais e envolvem mais de uma área; que a divisão em sete eixos foi estabelecida para melhorar a operacionalização do referido plano; que a primeira etapa do monitoramento iniciou em julho de 2024; que foi apresentada proposta de instrumento de monitoramento, destacando a participação da sua equipe no desenvolvimento de um modelo que não fosse burocrático para não sobrecarregar as áreas responsáveis pelas informações; que foi realizada uma apresentação, aprovada na 5ª reunião da CTI, ressaltando que foi realizado o envio do instrumento para consulta e validação do modelo à CTI; que ocorreu a comunicação da AECI com as áreas envolvidas, por meio de processo SEI, o qual contém todas as informações do monitoramento do Plano de Integridade, como também os esclarecimentos de dúvidas encaminhadas pelas áreas e as respectivas devolutivas; que foram avaliadas as informações e dúvidas recebidas e, posteriormente, realizado o envio de algumas diligências para os setores; que após a nova devolutiva desses setores, foi realizada uma reavaliação; que foi realizado o tratamento e compilação dos dados pela Sra. Emiko Aparecida de Castro Matsuoka e Sr. Leonardo Passinato e Silva; que a apresentação acontecerá tanto de forma gerencial quanto analítica a respeito das ações que já foram ou não concluídas e que serão apresentadas por intermédio de um relatório preliminar futuro; que ainda existem resoluções de algumas áreas com pendências de preenchimento, mas que estas não impactam nos números do monitoramento; que será elaborado um relatório final que será levado a conhecimento e aprovação da CTI, com divulgação interna e por meio da transparência ativa, como previsto no próprio Plano; que foi realizado o monitoramento baseado em planilhas, as quais foram encaminhadas para as áreas com os responsáveis pela execução de cada uma das ações, quantitativo de ações por eixo, levantamento das ações de curto, médio e longo prazo, inclusive as recorrentes, a fim de verificar até que ponto as unidades avançaram, tendo em vista que algumas prosseguiram mais naquelas de médio prazo do que nas de curto prazo; que considera a situação natural, por conta dos diversos atores envolvidos; que se chegou a uma conclusão da análise dos dados, apresentada em termos percentuais, sem adentrar detalhadamente nas ações; que estarão no relatório a ser elaborado; que após os resultados, ajustes serão necessários tendo em vista que, desde o início, o Plano sempre foi algo “vivo”, portanto, poderia ser alterado ou modificado quando necessário; que há possíveis alterações nas ações de curto prazo que não foram finalizadas e que novos prazos precisarão ser discutidos pela CTI; que nos resultados do monitoramento do Eixo 1, 25 das 47 ações foram 100% executadas; que todas as ações que eram de curto prazo foram cumpridas e que as de médio prazo têm somente duas pendências; e que as de longo prazo estão com o *status* de “não iniciada”. O Sr. **Anthony Ruy Cunha Moreira** pediu a palavra para indagar sobre as ações recorrentes e se o objetivo seria a conclusão ou estar em execução, ao passo que o Sr. **Wesley Alexandre Tavares** afirmou que seria a segunda opção, mas que poderia existir ambas as situações. A Sra. **Emiko Aparecida de Castro Matsuoka** complementou que essas ações poderão ser recorrentes até um certo período; que isso passará por um refinamento que a CTI pretende fazer e reforçou que uma das ações estava como recorrente e, posteriormente, passou a ter o *status* de concluída. O Sr. **Aureliano Vogado Rodrigues Junior** complementou as falas, apresentando que também poderia ocorrer o inverso, de modo que uma ação com prazo estabelecido poderia vir a se tornar recorrente. Prosseguindo, o Sr. **Wesley Alexandre Tavares** afirmou que no Eixo 1 consta 100% das ações de curto prazo concluídas; que, no primeiro momento, o foco principal estava na realização e conclusão de todas aquelas de curto prazo; que nem todas foram concluídas, mas que haveria as suas devidas justificativas; que a maioria não finalizou por motivos de capacidade operacional ou por fatores externos; que, de nenhum modo, impactaram na execução da ação; que o relatório preliminar apresentará as ações e as referidas justificativas, acompanhadas da proposição de um novo prazo; e que caso não haja a finalização desse primeiro monitoramento, complementações serão solicitadas às áreas para discutir questões relativas aos prazos. A Sra. **Emiko Aparecida de Castro Matsuoka** reforçou que, durante a compilação dos dados, já foram identificadas algumas possíveis questões que precisarão de repactuação; que os resultados atuais já contemplam prazos revistos por iniciativa das próprias áreas, situações que foram percebidas durante a realização do monitoramento ou informadas à AECI. O Sr. **Wesley Alexandre Tavares** deu sequência e abordou o Eixo 2, composto por dezessete ações, sendo que dez são de curto prazo e sete recorrentes; que não há ações de médio e longo prazo; que o Eixo está atrelado à Comissão de Ética e contempla todas as justificativas, como o Código de Conduta que estava previsto, de modo que impactou nas ações de curto prazo; que o Eixo 3 está ligado à Ouvidoria; que são 31 ações, sendo 23 de curto prazo, duas de médio prazo – as quais estão 50% prontas – e quatro ações de longo prazo já foram cumpridas e algumas são recorrentes; que as ações de curto prazo provavelmente estão sendo impactadas em razão de algumas discussões com a AECI

e a CTI, por não serem exclusivas da Ouvidoria, ressaltando que existem algumas questões que envolvem outras áreas, além de pontos que precisam ser aprofundados; que o Eixo 4 é composto por onze ações, sendo sete de curto prazo – com quatro pendências; que as de médio prazo já foram cumpridas; que o Eixo 4 se refere ao tratamento de denúncias; que o Eixo 5 é formado por oito ações, sendo três de curto prazo – com duas pendências – cinco de longo prazo ou recorrentes; e que o Eixo envolve a participação de áreas como APSD, Ouvidoria e, provavelmente, CTI e AECl. O Sr. **Aureliano Vogado Rodrigues Junior** explicou que, por conta da transição ocorrida, houve alguns atrasos no cumprimento das ações, mas reforçou que no próximo monitoramento elas já estarão concluídas. O Sr. **Wesley Alexandre Tavares** pontuou que a próxima rodada do monitoramento está prevista para julho de 2025; que as ações de curto prazo, passariam a ser classificadas como ações de médio prazo; que as de longo prazo serão objeto de análise até o fim do ano e exemplificou a importância da ação denominada Canal de Transparência e Integridade do MEsp, que foi incorporada ao Plano de Integridade e Combate à Corrupção do Governo Federal; e que apresentará microdados específicos da pasta ministerial que não estão disponíveis no Portal da Transparência do Governo Federal. O Sr. **Aureliano Vogado Rodrigues Junior** salientou que o Portal irá conter todas as bases internas, com a possibilidade de consultas externas; que são duas ações conjuntas – a do sistema e a dos indicadores; que o desenvolvimento do Portal está na fase de levantamento dos requisitos com o auxílio e participação do MDS; que o desenvolvedor responsável já está trabalhando para a criação do Canal; que alguns fatores necessitam de validação junto à AECl, tendo em consideração que a ação é conjunta; e que está previsto realizar todo o levantamento de requisitos do Canal até o fim do ano, de modo a possibilitar o recebimento dos indicadores do sistema. O Sr. **Wesley Alexandre Tavares** deu prosseguimento, acrescentando que o Eixo 6 está relacionado ao funcionamento dos controles internos e gestão de riscos; que em decorrência das transições institucionais, o tema da gestão de riscos está sendo trabalhado; que encaminhou à SE a minuta que trata da Política de Gestão de Riscos, elaborada pela AECl, com a Nota Técnica já finalizada; e, caso houver a proposição de uma segunda minuta, a AECl assinará a Nota em conjunto, ressaltando a importância de se trabalhar a gestão de riscos para o ano subsequente. O Sr. **Aureliano Vogado Rodrigues Junior** ressaltou que, quando foi idealizada a questão de gestão de riscos, ainda não havia a Coordenação-Geral de Tecnologia da Informação (CGTI), portanto, sugeriu que, quando for discutida a temática, haja o envolvimento dessa Unidade na referida ação. O Sr. **Wesley Alexandre Tavares** concordou e acrescentou que as definições sobre metodologia de trabalho de gestão de riscos necessita do apoio dos responsáveis pela TI; que há ferramentas no mercado que também podem ser utilizadas para facilitar o processo; destacou que a Controladoria-Geral da União (CGU) está envolvida na questão; que estão ocorrendo discussões acerca da forma como o tema será trabalhado nos órgãos e lembrou que o papel da AECl é de prestar apoio e realizar monitoramento; que o Eixo 6 tem dezesseis ações, sendo as de curto prazo aquelas que precisam ter mais avanços no que tange à gestão de riscos dentro do Ministério; que a maioria das pendências está relacionada a essas ações; que os resultados do atual monitoramento estão ligados ao desenvolvimentos dos trabalhos dentro do Ministério; que muitas das ações recorrentes estão atreladas à AECl; que ainda há questões de médio prazo que ainda não foram iniciadas; e que algumas de médio e curto prazo têm ações mais específicas de gestão de riscos. O Sr. **Wesley Alexandre Tavares** concluiu a apresentação do monitoramento, passando para o Eixo 7, que trata sobre procedimentos de responsabilização, e parabenizou o Sr. Felipe Mateus Sampaio da Silva pela execução das ações de médio e longo prazo, bem como as recorrentes; que o referido Eixo não contém pendências; que das 138 ações do Plano, 42% está em execução, independente da classificação da ação, e 71% das ações de curto prazo estão concluídas; e que considera um índice benéfico, tendo em vista que houve a troca de gestão. A Sra. **Emiko Aparecida de Castro Matsuoka** mencionou que, durante o monitoramento, foram identificadas necessidades de repactuações e lembrou que foi discutido anteriormente que as ações de conclusão prévia ao lançamento do Plano entraram nas ações de curto prazo; que quando o Plano foi lançado, muitas ações já estavam concluídas; que as pendências no monitoramento ocorreram devido às dúvidas que surgiram quanto ao preenchimento das planilhas, como as etapas das ações; que dentre as dificuldades relacionadas, alguns casos precisavam ser refinados, dando, como exemplo, o preenchimento insuficiente das etapas, divergências de prazos e o encerramento das atividades recorrentes; que isso incorreu em algumas divergências de interpretação do que seria uma ação recorrente; que se levantou a necessidade de um melhor detalhamento dessa classificação, uma vez que uma atividade poderá se tornar ou deixar de ser recorrente; que na segunda versão do Plano, a lançada, será realizado um refinamento quanto à estas atividades. O Sr. **Aureliano Vogado Rodrigues Junior**

complementou que esse refinamento será feito também em função do monitoramento a ser realizado pela CGU, provavelmente no primeiro semestre de 2025. A Sra. **Emiko Aparecida de Castro Matsuoka** pontuou que em janeiro será feito um apanhado geral tanto para produzir o relatório de monitoramento, como para elaborar a segunda versão do Plano. O Sr. **Wesley Alexandre Tavares** frisou que na nova versão do Plano de Integridade haverá a inclusão de algumas ações do Plano Setorial de Enfrentamento do Assédio e Discriminação e destacou que é uma obrigação advinda da Portaria e do Decreto; que o que for trabalhado neste Plano Setorial deverá ser inserido como ações no Plano de Integridade do MEsp; que, de certo modo, essas ações já estariam inseridas, contudo, haverá a necessidade de se fazer uma nova redação com readequação de alguns prazos na segunda versão. O Sr. **Aureliano Vogado Rodrigues Junior** complementou que seria necessário a criação de uma ação específica voltada para o próprio plano, tendo em vista que é algo muito específico e extenso, de modo que a criação de um novo Eixo seja necessário. O Sr. **Wesley Alexandre Tavares** concordou com a proposta, a ser discutida até janeiro do próximo ano, mesmo que a segunda versão do Plano seja publicada no mês seguinte. Ao retomar a apresentação do monitoramento, o Sr. **Wesley Alexandre Tavares** sintetizou à Sra. Thiele Araújo Rabelo Silva que, das 138 ações, 59 já estão concluídas, o que significa 42% do Plano; que em relação àquelas de curto prazo concluídas, o percentual corresponde a 71%; e que outros 29% carecem de esclarecimentos para estarem concluídas ou serão repactuadas para médio ou longo prazo. No início do debate sobre o terceiro ponto da pauta, o Sr. **Aureliano Vogado Rodrigues Junior** comunicou que boa parte das ações do Plano Setorial de Enfrentamento estão sendo disseminadas pela Ouvidoria-Geral da União da CGU, apesar de ser uma ação precípua do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI); que discussões já foram realizadas; que já tem alguns modelos que outros órgãos já começaram a fazer; que há algumas considerações quanto à forma de como o Plano pode ser construído, no que toca às suas exigências, como, por exemplo, a uma rede de acolhimento. O Sr. **Wesley Alexandre Tavares** ressaltou a importância da Secretaria-Executiva, enfatizando que o Plano não é construído sem a participação da gestão de pessoas, sendo essa participação bem explícita na Portaria do MGI; que a própria Portaria já pontua os atores envolvidos e suas responsabilidades; que conversou com a AECI do MGI, a qual declarou estar tendo dificuldades, por não ter um modelo; que esperava que a Secretaria de Serviços Compartilhados (SSC) oferecesse uma modelagem de plano ou uma orientação do ColaboraGov; que atualmente apenas existe a Portaria do MGI, que trata sobre o Plano Federal; que ainda não há um modelo de plano setorial dos ministérios do ColaboraGov; que o prazo para publicação é de 120 dias, sendo então o dia 13 de janeiro de 2025. O Sr. **Daniel de Oliveira Piza** informou que em conversa com o MGI e colegas das assessorias de participação social surgiram várias ideias para o Plano, mas há a limitação do tempo; e que havia a possibilidade de adiamento do prazo, mas que não há certeza ainda. O Sr. **Aureliano Vogado Rodrigues Junior** completou dizendo que, para entregar um Plano, é possível em até em uma semana; que se o Plano será aplicável, é outra questão; que alguns Ministérios estão se movimentando para cumprir prazos e utilizou como exemplo o MDS; que nesse órgão há um número maior de pessoas, o que possibilita destacar pessoas para a rede de acolhimento; que estão construindo a rede com base no modelo do TCU; que, por sua vez, tem uma cultura diferente, uma vez que o clima organizacional favorece a isso; e de que forma poderia capacitar terceirizados, já que não tem servidores suficientes; que não se constrói uma rede de acolhimento se não tiver uma estrutura; que no Poder Executivo Federal existe uma unidade que já é reconhecida por fazer esse acolhimento, que é a Ouvidoria; que a unidade recebe para acolhimento três a quatro pessoas diariamente, diferentemente do que ocorre no TCU, pela forma de trabalho; que está sendo implementado no MDS não adequa à realidade do Poder Executivo Federal como um todo; e que o acolhimento não é a rede, o acolhimento é a pessoa. O Sr. **Wesley Alexandre Tavares** ponderou ser importante organizar como será realizada essa tarefa e reconhece que tem algumas coisas como, por exemplo, a Rede de Acolhimento que precisa ser instituída; e que há necessidade de atualizar o PDP, conforme as capacitações necessárias; que o Plano Setorial de Enfrentamento precisará trazer todos esses critérios que estão no Plano Federal, com o acréscimo de algumas ações específicas; que por ser um Plano de Enfrentamento, essas ações deverão compor o Plano de Integridade; que é importante ter dentro deste Plano as ações que o MEsp irá executar ao longo do ano; que é necessário envolver a Gestão de Pessoas com os atores envolvidos; que algumas das ações, a exemplo daquelas relacionadas ao recebimento dos servidores e à posse deles, necessitam do apoio da gestão de pessoas; e que é necessário o envolvimento da ASCOM. A Sra. **Emiko Aparecida de Castro Matsuoka** corroborou, enfatizando as ações de saúde no âmbito do Subsistema Integrado de Atenção à Saúde do Servidor (SIASS) e de qualidade de vida no trabalho, necessárias do MEsp. O Sr. **Wesley**

Alexandre Tavares complementou que são competências da área de pessoas, da CGGA. A Sra. **Emiko Aparecida de Castro Matsuoka** frisou a importância de conversar com a CGGA, pois além de ser uma área que trata destes assuntos, é necessário que ela tenha uma outra abordagem do que diz respeito à gestão de pessoas dentro do Ministério; que atualmente desempenha suas atividades apenas como ponto focal do MGI; que há ações que envolvem a própria Comissão de Ética que também precisariam ser executadas com a gestão de pessoas; e que com o tempo pode melhorar. O Sr. **Wesley Alexandre Tavares** pontua a chegada da nova Coordenadora-Geral da CGGA e que pode ser uma oportunidade de mudar esse cenário. A Sra. **Thiele Araújo Rabelo Silva** concordou com as análises sobre a situação; que os problemas estão sendo discutidos; que a CGGA está com um projeto de elaborar manuais de procedimentos para várias áreas; que é preciso que antes haja um regimento interno; que está na SE, com previsão de entrega em janeiro; que esses processos estão contando com o auxílio da DPROJ. O Sr. **Wesley Alexandre Tavares** ressaltou a limitação do tempo e de pessoal para o volume de demandas; que haja pontos de controle e cronograma para o Plano de Enfrentamento no início de janeiro de 2025, além e de um encarregado para coordená-lo; que seja envolvida a CGGA; que as reuniões sejam marcadas convidando a AECL, CE, COR, OUV e SE; que seja definida uma pessoa para ser a coordenadora; e, por fim, indagou quem poderia assumir a referida função no momento. O Sr. **Aureliano Vogado Rodrigues Junior** explicou que a Portaria aborda o assédio dentro do órgão, mas o Ministério do Esporte é *sui generis*; que nas questões referentes aos atletas a ABCD está totalmente envolvida; que não é uma relação contratual e, sim, uma relação de prestação muito próxima; que a ABCD precisa estar nas reuniões; que poderia envolver a SNE; e que o Plano não pode ser só interno. O Sr. **Wesley Alexandre Tavares** apontou que o item 9.2, que faz menção aos contratos de prestação de serviços de mão-de-obra, questão que envolve os colaboradores terceirizados; que o acolhimento dos terceirizados precisa estar envolvido no Plano de Enfrentamento; que não é apenas para servidor; que há problemas na relação terceirizado-administração; que é importante ter um responsável que possa começar a discutir efetivamente essas questões do Plano em janeiro. O Sr. **Aureliano Vogado Rodrigues Junior** sugeriu que a Ouvidoria poderia inicialmente assumir essa parte; que foi lançado ontem a versão 2.0 do Guia Lilás; que é uma obrigação da Ouvidoria; que é plano de fundo do Plano de Enfrentamento, sendo uma ação da OGU; que pode entrelaçar essas ações juntamente com a APSD; e até o fim do ano poderia entregar com um cronograma já pronto. O Sr. **Wesley Alexandre Tavares** disse que a parte do Plano Setorial do MEsp ficará a cargo do Sr. Aureliano Vogado Rodrigues Junior e que a AECL vai acompanhar; que a AECL estará presente nas reuniões, presencialmente ou via Teams; que deve envolver a CE, a COR e a SAA/CGGA; que o último ponto da pauta da reunião é o relato da reunião da AECL com a Sra. Nayara Karin Falcão de Oliveira, Diretora, e o Sr. Rodrigo Abreu de Freitas Machado, Coordenador-Geral, ambos da Diretoria de Projetos Paradesportivos da SNPAR; que a pauta tratou dos *cards* que estão sendo enviados semanalmente; que fazem parte da ação de comunicação do Plano de Integridade, sendo que a cada semana trata de uma pauta diferente; e que há um cronograma até julho de 2025. A Sra. **Emiko Aparecida de Castro Matsuoka** continuou dizendo que havia no Plano de Comunicação a previsão da publicação do *card* de Diversidade e Pessoas com Deficiência no dia 5 de dezembro, em alusão ao dia 3 de dezembro que é Dia Internacional de Pessoas com Deficiência; que foi necessário adiar o tema e incluir o Relatório de Gestão por se tratar de uma questão mais urgente, com a realização de uma reunião com toda o Ministério na sequência do *card*; que houve um reordenamento dos temas para ajustar o cronograma; que no próprio Plano de Comunicação havia uma previsão de um diálogo com a SNPAR, para obter uma avaliação da área a respeito da proposta de peça de comunicação; que há uma questão pendente há muito tempo para ser implementada acerca da acessibilidade do *card* para as pessoas cegas; que a ideia é fruto da Jornada Inclusiva Formativa que a SNPAR proporcionou em duas rodadas voltadas para a ASCOM, mas que várias áreas do Ministério foram convidadas; que o intuito foi sensibilizar a pasta ministerial sobre como se comunicar com o público cego ou com baixa visão em todas as peças de comunicação do Ministério, o que não ocorre atualmente; que a AECL, dentro da pauta de integridade, como há essa ação de comunicação dos *cards*, pensou em voltar a esse aspecto e dialogar com a SNPAR para receber orientações e poder fazer uma adaptação; que era um incômodo publicar os *cards* sem acessibilidade, mas que o alto fluxo de demandas da AECL não permitiu abordar a questão no início da campanha de comunicação; que aproveitou o ensejo do dia 3 de dezembro; que agora todos os *cards* que serão lançados com acessibilidade; que já foi feita uma proposta nesse formato no *card* semanal encaminhado à CTI; e apresentou a prévia do *card* com a referida mudança acerca da acessibilidade; que a proposta foi submetida à SNPAR para avaliação; e que será uma iniciativa da AECL elaborar o texto com a descrição das

imagens, cores e outros aspectos, com vistas a entender a melhor forma de se comunicar com esse público. O Sr. O Sr. **Daniel de Oliveira Piza** destacou que no formato de imagem é complicado, pois não é possível ouvir o áudio; e que nos próprios *e-mails* as assinaturas não estão em formato acessível. A Sra. **Emiko Aparecida de Castro Matsuoka** lembrou que isso foi objeto da reunião realizada com a SNPAR; e que no caso dos *e-mails* é necessário estar em formato de texto. O Sr. **Aureliano Vogado Rodrigues Junior** comunicou que a Ouvidoria está passando por uma auditoria do TCU sobre acessibilidade nos portais do Ministério do Esporte; que quase 70% do *site* fica a cargo da Ouvidoria; que são as informações obrigatórias; que todas as partes do *site* estão sendo revistas para acessibilidade, como audiodescrição de *cards*, redefinição de *banners*, o que deve ser apresentado e como se apresentar, qual é o fluxo, se é tabela ou não; que tudo isso sendo revisado nas páginas do *site*; que possivelmente a Ouvidoria entrará em contato com as áreas que tiverem alguma dúvida para que sejam feitas as devidas adequações; que já conseguiu responder 90% do que foi indagado na auditoria; que algumas ações ainda não foram implementadas, pois necessitam de certas ferramentas; que a parte de acessibilidade está muito forte pelo fato de o Ministério ter obrigatoriamente Pessoas com Deficiência (PcD); que há no Disque Esporte dois canais específicos que atendem em Libras; que isso é um ponto favorável ao MEsp; que poucos Ministérios têm essa funcionalidade; que a preocupação em disponibilizar todas as comunicações nesse formato é algo primordial; e que o público final, como atletas, pessoas da sociedade que trabalham com o esporte amador e lazer, tem um grande contingente que é o atleta com deficiência. A Sra. **Emiko Aparecida de Castro Matsuoka** seguiu com o tópico, falando sobre a importância dos diálogos internos sobre essa ação, no sentido de sensibilizar os gestores, servidores em geral e colaboradores, no momento da formulação da própria política pública; que é algo que deve começar de dentro; e que é uma questão de integridade. O Sr. **Aureliano Vogado Rodrigues Junior** destacou o benefício do trabalho realizado pelo Ministério e lembrou que, em todos os fóruns que o Ministério participa, o MEsp é sempre elogiado a respeito de todas as atividades que são desenvolvidas; que termina sendo uma referência; que a própria Presidência da República e o MGI não têm tal iniciativa de acessibilidade; que apesar das equipes pequenas, o Ministério do Esporte se destaca na promoção dessas atividades, fora do ColaboraGov. Sra. **Aline Rabêlo da Silva Neves** pontua que apesar de internamente não haver uma avaliação positiva sobre o que é realizado pelo Ministério, o feedback é positivo para o público externo; e que a iniciativa de acessibilidade é excelente. A Sra. **Emiko Aparecida de Castro Matsuoka** indicou nos *slides* como o *card* aparecerá com as novas mudanças; e que terá o texto completo contido no *card*; e que, após a imagem, haverá a descrição acessível da imagem. O Sr. **Aureliano Vogado Rodrigues Junior** informou que dentre os projetos da área, na Ouvidoria há uma estagiária que é professora de Libras; que possivelmente será inserida a Libras nas páginas, principalmente aquelas voltadas ao paradesporto; e que apesar de já ter a acessibilidade, os vídeos são mais informativos. O Sr. **Wesley Alexandre Tavares** lembrou o funcionamento do fluxo dos *cards*; qual é encaminhado um *e-mail* a todos os integrantes da CTI às segundas-feiras, para que seja avaliado o conteúdo para sugestões; que há um cronograma com alguns assuntos pré-estabelecidos; que o prazo de retorno é na terça-feira, pois a ASCOM requer dois dias para a diagramação do *card*; e que o *card* sempre é divulgado às quintas-feiras, 10 horas, por ser um dia propício. A Sra. **Emiko Aparecida de Castro Matsuoka** solicitou a compreensão de todos, no sentido de ter atenção ao prazo de retorno dos *cards*, com a nova proposta de acessibilidade faz-se necessário mais agilidade no processo para não atrasar o cronograma. O Sr. **Wesley Alexandre Tavares** finalizou a reunião dizendo que aguardará as reuniões sobre o Plano Setorial para que haja o envolvimento de todos. Nada mais havendo a tratar, o Sr. **Wesley Alexandre Tavares** agradeceu a presença de todos(as) e deu por encerrada a reunião aos dezenove dias do mês de dezembro do ano de dois mil e vinte e quatro, às dezessete horas, da qual, para constar, eu, **Emiko Aparecida de Castro Matsuoka**, lavrei a presente Ata, que, lida e aprovada, vai assinada eletronicamente por mim, que secretariei, e por todos os integrantes presentes da Câmara Técnica de Integridade.



Documento assinado eletronicamente por **Wesley Alexandre Tavares, Coordenador(a) da Câmara Técnica de Integridade**, em 13/06/2025, às 11:58, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020 da Presidência da República. .



Documento assinado eletronicamente por **Emiko Aparecida de Castro Matsuoka, Analista Técnico de Políticas Sociais (ATPS)**, em 16/06/2025, às 15:30, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020 da Presidência da República. .



Documento assinado eletronicamente por **Daniel de Oliveira Piza, Chefe de Assessoria**, em 16/06/2025, às 17:26, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020 da Presidência da República. .



Documento assinado eletronicamente por **Anthony Ruy Cunha Moreira, Coordenador(a)-Geral**, em 16/06/2025, às 18:27, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020 da Presidência da República. .



Documento assinado eletronicamente por **Aureliano Vogado Rodrigues Junior, Ouvidor(a)**, em 16/06/2025, às 20:26, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020 da Presidência da República. .



Documento assinado eletronicamente por **Felipe Mateus Sampaio da Silva, Corregedor(a)**, em 17/06/2025, às 11:09, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020 da Presidência da República. .



Documento assinado eletronicamente por **Aline Rabêlo da Silva Neves, Presidente da Comissão**, em 17/06/2025, às 15:23, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020 da Presidência da República. .



Documento assinado eletronicamente por **Thiele Araújo Rabelo Silva, Diretor(a) de Projetos**, em 26/06/2025, às 16:15, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020 da Presidência da República. .



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.cidadania.gov.br/sei-autenticacao>, informando o código verificador **16337976** e o código CRC **4B8BD3A0**.

Referência: Processo nº 71000.078089/2023-62

SEI nº 16337976

Criado por [emiko.matsuoka](#), versão 18 por [wesley.tavares](#) em 13/06/2025 11:31:46.